

O que se deve ler para conhecer o Brasil? **Nelson Werneck Sodré**

Norma CÔRTEZ

Professora Adjunta de Teoria e Metodologia da História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
ncortes@ifcs.ufrj.br

Desde que Nelson Werneck Sodré lançou o guia de leitura *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, nenhum outro historiador ou pensador social publicou obra com alcance e intenção autoral semelhantes. Que eu saiba, não há em nossa história recente outro intelectual que, sozinho, tenha oferecido ao público esclarecido (mas leigo) um roteiro tão completo de leituras para o bom entendimento do Brasil. *O que se deve ler* consiste num vasto mapeamento bibliográfico de várias dimensões da realidade brasileira. Admirável, a obra cobre os quase quinhentos anos da História do Brasil — desde a aurora da modernidade européia até a chamada revolução brasileira (entenda-se o processo de industrialização e desenvolvimento nacional) —; organiza uma generosa *brasiliانا*, reunindo uma numerosa literatura sobre estudos brasileiros especializados (estudos econômicos, militares, institucionais, lingüísticos, geográficos etc.); e, finalmente, oferece um variado rol de títulos sobre a História de nossa formação cultural (listados nos seguintes subitens: folclore, artes, ciências, literatura, imprensa, e, por fim, os costumes). E tudo isso era precedido por abundantes páginas introdutórias que se destinavam “a oferecer ao leitor menos experimentado ou ao leitor estrangeiro o ambiente necessário à situação dos assuntos indicados.” (LER, p 01) ⁱ. Com efeito, para além de ser um roteiro ou guia de leituras, *O que se deve ler* também veiculava uma tese sobre o Brasil e divulgava — no sentido preciso do termo: vulgarizava, isto é, publicava um conjunto de idéias tornando-as acessíveis ao vulgo — um *modus* explicativo acerca da realidade brasileira.

Por fim e ao total, já na sua terceira edição, publicada em 1967 — que foi revista e consideravelmente ampliada —, *O que se deve ler* acabava por indicar aproximadamente uns mil títulos entre as fontes principais e a literatura subsidiária (sem contar as indicações bibliográficas finais contendo mais outras trinta obras de referência como manuais, guias e dicionários biobibliográficos). Trata-se de uma biblioteca volumosa e nada desprezível que pretendia oferecer ao homem comum um roteiro de leituras que facilitassem seus primeiros contatos com a inteligência brasileira.

Esta intenção é explícita desde a primeira edição. Escrito nos momentos finais da II Grande Guerra (c.1944), o prefácio da primeira edição tornava claro quais foram os objetivos editoriais do autor. Sem esconder a consciência quanto ao caráter pioneiro daquela investida, o historiador declarava a quem se destinava a antologia de títulos sobre o Brasil e também explicava quais os critérios de suas escolhas bibliográficas. Então ele escreveu:

[...] “quem organiza uma obra como esta não espera nem pretende uma concordância geral com a escolha dos livros indicados para o estudo do nosso desenvolvimento histórico [...] Sendo o primeiro trabalho, entretanto, organizado no sentido de facilitar ao leitor brasileiro e estrangeiro um acesso mais suave à compreensão das nossas coisas e do nosso povo, e tendo encontrado, [...] dificuldades enormes na sua organização, é natural que tenha lacunas e imperfeições, além daquelas que são peculiares ao autor. Foi feito, entretanto, com grande esforço, com a intenção de bem servir e com isenção de preocupações outras que não uma imprescindível objetividade. (LER, p 01)

“Na escolha das obras para a constituição do grupo das fontes principais e das fontes subsidiárias houve, naturalmente, um critério fundado na seleção, mas conscientemente burlado, algumas vezes, pelo da utilidade ao iniciante, para quem este livro foi feito a princípio. Nem sempre a obra mais inteligente é a mais útil a quem começa a conhecer, a quem desconhece o assunto.” (LER, p 02)

Esse compromisso inequívoco com o leitor, o respeito aos seus diferentes níveis intelectuais e à singeleza de suas competências cognitivas, aliado ao fato de recomendar exclusiva e unicamente fontes de fácil acesso — muito embora reconheça seu valor, Werneck se recusa a indicar obras raras — não foram gestos gratuitos. Quer dizer, todos esses cuidados autorais exprimem o caráter indistintamente didático da obra e consistem em traços muito mais reveladores que a mera simpatia do autor pelos leitores comuns. Convém lembrar que apesar de ter permanecido fora dos quadros docentes das escolas ou Universidades — fato que conferiu a sua imensa e longeva obra um apelo

popular e também lhe assegurou um espaço livre para o uso da linguagem ordinária cujo formato expressivo politicamente engajado era mal visto pelos cânones acadêmicos institucionais — e apesar de não ser um professor propriamente dito, Nelson Werneck Sodré possui uma *paidéia* e, adotando uma atitude intelectual esclarecida (de matriz iluminista), quer transmitir conhecimentos históricos ao público leigo e ensinar ao homem do povo aquilo que se poderia chamar de “lições sobre a realidade brasileira”.

Tal intenção, contudo, não se reduz ao exercício da simples transferência de cabedais intelectuais. Em *O que se deve ler* a figura do leitor é fundamentalmente ativa. Porque mais do que receber passivamente aquele rol de títulos sobre da História do Brasil, seu papel é crítica, pois é a recepção pública quem consoma e confere o sentido final a todo o esforço autoral de Nelson Werneck Sodré. Numa comparação inusitada e (por que não?) demasiadamente moderna, ele convoca seu leitor a ação crítica e, traçando um paralelo entre o valor e significado das obras de arte e o conhecimento das ciências humanas, afirma:

[...] “a indicação das obras não importa em preferências, nem em concordância com interpretações ou pontos de vistas dos seus autores. Resta esperar, aliás, que à própria faculdade crítica de cada um caiba a tarefa, certamente grata aos espíritos curiosos e propensos à pesquisa e à verdade, de análise e seleção. Se na própria obra de arte cabe ao apreciador ou leitor uma parte, em que ele contribui com as características da sua personalidade e da sua cultura, que dizer dos trabalhos científicos, dos estudos políticos, econômicos e sociais, em que tão largas perspectivas se abrem entre o autor e seus leitores?” (LER, p 03)

Se for retórica (e não sejamos tolos: É retórica, porque É política...), esta comparação também permite aquilatar o valor que Sodré confere aos seus leitores — o que, de resto, redimensiona o caráter iluminista da *paidéia* que está implícita em *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Afinal, ao mobilizar as faculdades intelectuais do público, chamando-o a assumir a atitude crítica e, ao mesmo tempo, ressaltar o caráter dialógico da relação autor-leitor, Sodré também descarta qualquer primazia aos saberes do intelectual esclarecido e compartilha as responsabilidades cognitivas e educativas de *O que se deve ler* com homem comum. O impacto político desta “inflexão pedagógica” aparece nas páginas dedicadas à Revolução Brasileira. Nelas, o historiador afirma:

“Quando ocorrem as circunstâncias históricas necessárias e propícias a uma transformação de tal profundidade ocorre também, como parte do processo, o

esclarecimento generalizado, a tomada de consciência das possibilidades nacionais, o desejo de participar e empreender.” (LER, p 210)

“O século XIX assiste, no mundo, realmente, ao desenvolvimento do imperialismo, que se alimenta do atraso e da exploração das áreas coloniais e subdesenvolvidas. O século XX vai assistir, ao inverso, a rebelião dessas áreas e ao esforço por elas desenvolvido para a libertação e para a realização nacional de seus destinos” (LER, p 211)

¹ Estou trabalhando com a quarta edição de *O que se deve ler* publicada no Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. A partir de agora, as indicações de suas páginas assumem o seguinte formato: (LER, número da página).